

**A PRODUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS NA CONFLUÊNCIA DE
ESFORÇOS EM TORNO DO “CONVÊNIO INTER-ADMINISTRATIVO DAS
ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS E CONEXAS” (1907-1945)**

Projeto aceito pelo Edital Universal do CNPq de 2011

**A IV Conferência Nacional de Educação e o Convênio Estatístico:
breve relatório sobre a pesquisa no arquivo da Associação Brasileira de Educação**

Marcos Rangel de Lima¹

O Convênio Inter-Administrativo de Estatísticas Educacionais e Conexas foi celebrado em dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação, organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Portanto, a pesquisa sobre “a imagem que se pretendia revelar da educação brasileira através do Convênio” e sobre “as expectativas e os projetos que cercaram a concepção mesma daquele documento” (SENRA, 2011) passava por descortinar os temas e discussões da IV Conferência.

Um dado que poderia contribuir para a pesquisa é o fato de que a IV Conferência aparece ligada a outro documento, de grande valor histórico para o campo educacional brasileiro, que é o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (MANIFESTO, 2010). De fato, neste documento estariam consignadas as principais ideias defendidas pelos intelectuais que tratavam da questão educacional à época. O desafio de relacionar as ideias-força que, presentes no Manifesto, também animam o Convênio pode ser muito útil para os propósitos deste projeto de pesquisa. Mais ainda, o desafio de historiar, nos debates havidos na Conferência, as principais proposições e, se possível, os propositores, poderia fornecer um quadro acurado da mentalidade educacional da época em estudo e, especialmente, da mentalidade estatística educacional naquele momento-chave do período republicano brasileiro.

Curiosamente, as referências bibliográficas sobre o Convênio e o Manifesto apresentam poucas interseções. O Convênio interessa especialmente aos autores vinculados ao campo estatístico, mas é praticamente ignorado pelos especialistas educacionais. A recíproca se aplica ao Manifesto, que é assunto destacado entre os especialistas do campo educacional,

¹ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (IFCH/UERJ) e Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais (ENCE/IBGE). Professor Docente I – Ensino Médio (SEEDUC/RJ).

mas se encontra ausente dos textos elaborados por estatísticos. Mesmo entre os signatários do Convênio e do Manifesto, encontram-se apenas duas pessoas que assinaram ambos os documentos: o conhecido intelectual Anísio Teixeira, responsável à época pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, e o especialista José Getúlio da Frota Pessoa, que também exercia função no órgão responsável pela educação pública na Cidade do Rio de Janeiro.²

De forma a buscar informações sobre a temática e os debates da IV Conferência, em busca da gênese das principais ideias e concepções presentes no Convênio, e de forma a verificar possíveis conexões, no que diz respeito à mentalidade estatística e educacional, entre o Manifesto dos Pioneiros e aquele documento, procedeu-se à consulta do arquivo da ABE, repositório de documentos considerado de utilidade pública por sua relevância histórica. A pesquisa no arquivo foi realizada em nove visitas no período entre fevereiro e setembro de 2012. Como se detalhará abaixo, esta pesquisa encontrou mais lacunas do que informações, fornecendo-nos indicações de novas buscas e sugestões de outras fontes de informação.

As dificuldades da pesquisa

No arquivo da ABE, havia uma pasta com documentos da IV Conferência. Nesta pasta, porém, havia mais documentos relacionados à preparação do evento, tais como ofícios de convocação, notas à imprensa, ofícios recebidos e assemelhados, do que textos alusivos à temática da Conferência. Sobre os debates realizados no evento, não havia nada. Entre os itens contidos na pasta, a única informação posterior à realização da Conferência vinha de um punhado de recortes de jornais, sem nenhuma referência ao órgão de publicação e à data, e sem informações muito importantes.

Uma consulta ao volume encadernado da revista *Educação*, editada pela ABE a partir de 1939, revelou ter havido um periódico anterior, chamado *Schola*, editado entre 1930 e 1931. Consultando um volume encadernado com as nove edições deste periódico, verificou-se que ele havia circulado a partir de janeiro de 1930. Sua periodicidade seria mensal, o que ele conseguiu cumprir regularmente, e mesmo assim com a ausência da edição de abril, apenas até o mês de agosto de 1930. Depois disto, houve um hiato de três meses até a oitava edição, em novembro, e daí mais dois meses sem edições até o nono e último número, em fevereiro de 1931. Essa inconstância na publicação poderia ser um efeito dos tempos turbulentos

² A lista de signatários do Manifesto de 1932 pode ser consultada ao fim do texto daquele documento (MANIFESTO, 2010, p. 66). Já a lista de signatários do Convênio foi consultada na obra de Nelson Senra (2006, p. 652-3).

marcados pela Revolução de 1930, ou uma dificuldade da própria ABE em manter financeiramente a sua revista.

Houve menções às Conferências de Educação nos primeiros números de *Schola*. Além de menção à IV Conferência, que se realizaria originalmente naquele mesmo ano, foi publicado um regimento das Conferências, claramente elaborado para servir de norma aos eventos seguintes. No entanto, as demais edições da revista silenciaram sobre a IV Conferência, inclusive sobre seu adiamento.

Os livros de atas da ABE trouxeram informações adicionais sobre os preparativos para a IV Conferência, já marcada para 1931. O livro de atas do Conselho Diretor da instituição registrou as deliberações sobre a constituição da Comissão Organizadora (mais tarde rebatizada de Comissão Executiva) e o livro de atas da Seção de Ensino Normal da ABE continha os registros de duas dezenas de reuniões daquela Comissão. Nelas, se pode conhecer algumas das resoluções preparatórias ao evento.

Talvez o mais instigante a respeito dos documentos e livros de atas contidos no arquivo da ABE seja a indicação de novas fontes de consulta. Por elas, se sabe que houve jornais da época que se comprometeram a divulgar tanto os preparativos quanto os debates da Conferência. Sabe-se também de diários oficiais pelo país afora que assumiram compromisso de publicar as teses e discussões havidas no evento. Portanto, uma nova frente de pesquisas se abre a partir daí.

As dificuldades da pesquisa, devem ficar bem claras, não podem ser creditadas à atual direção e funcionários da ABE, aos quais cabe agradecer pela gentileza e prestatividade com que atendem aos pesquisadores que acorrem ao arquivo histórico da entidade. Este pesquisador agradece especialmente a Maria Amélia, responsável pelo manuseio e agendamento das consultas ao arquivo, e ao Claudio, sempre solícitos e generosos com as demandas dos que consultam o acervo da casa.

Do anúncio aos preparativos da IV Conferência

O primeiro número da revista *Schola*, publicado pela ABE em janeiro de 1930, anunciava a realização da IV Conferência Nacional de Educação no mês de setembro daquele ano, em Recife, e acrescentava que o evento “versará especialmente sobre questões de ensino normal” (SCHOLA, 1930a, p. 30). A segunda edição de *Schola*, em fevereiro de 1930, apresentou o “Regimento interno para as Conferencias de Educação” (SCHOLA, 1930b, p. 67

)³, indicando que a entidade já pensava em normas gerais para a condução dessas importantes reuniões.

Teria sido a agitação política de 1930 o principal fator para o adiamento do evento? Seja como for, a gestão da ABE empossada em abril de 1931, sob a presidência de Fernando Magalhães, tomara para si a tarefa de realizar a Conferência. Em reunião do Conselho Diretor da ABE, no dia 27 de junho daquele ano, o próprio presidente da entidade anunciaria a

[...] realização, em 12 de outubro p.p., da 4ª Conferencia Nacional de Educação nesta Capital; para elaborar os têmeas gerais desta Conferencia designou o Prof Barbosa de Oliveira, o qual usou, a seguir, da palavra para felicitar o P. e o C.D. por mais esta conquista em prol da Educação Nacional, historia rapidamente o que se passou nas diversas Conferencias de Educação e termina dizendo ir convocar uma reunião especial da Secção de Ensino Normal para com ele elaborar o programa que desejava apresentar, salientando o valor de tal ensino. (ASSOCIAÇÃO, 1930-1932, fl. 92-3)

Essa preeminência do Ensino Normal, desde o primeiro anúncio do evento, explicaria porque o registro das reuniões da Comissão Organizadora da IV Conferência, designada na reunião do Conselho Diretor de 6 de julho de 1931 (ASSOCIAÇÃO, 1930-1932, fl. 94-5), foi feito justamente no livro de atas da Seção de Ensino Normal da ABE. Ali, se lê que a primeira reunião da Comissão se deu em 18 de julho e deliberou algumas convocações.

Ficou resolvido que o prof. Barbosa de Oliveira apresentasse a redação do telegramma circular a expedir á personalidades eminentes nos Estados e que o prof. Backheuser convidasse o dr. Teixeira de Freitas para tomar parte nos trabalhos. (ASSOCIAÇÃO, 1931a)

No dia 20 de julho, o próprio Conselho Diretor aprovou o convite a Mário Augusto Teixeira de Freitas, então responsável pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública, para que participasse da Comissão (ASSOCIAÇÃO, 1930-1932, fl. 97). Este inicia sua participação e se torna um dos mais assíduos às reuniões da Comissão. Em 20 de agosto, na 11ª reunião, é ele que parece resgatar o regimento das conferências, do ano anterior. É também nessa reunião que o próprio Teixeira de Freitas apresenta o primeiro espaço conseguido na imprensa para divulgação do evento.

Por proposta de Teixeira de Freitas foi lido e aprovado o regimento interno das Conferencias de Educação, organizado pelo Conselho Diretor da ABE por ocasião de Conferencia de Pernambuco a qual não chegou a realizar-se. [...] O dr. Teixeira de Freitas encarregado da publicação das noticias sobre a Conferencia comunica ter

³ Optou-se por manter, nas citações feitas aqui, a ortografia original presente nos textos dos documentos consultados no arquivo da ABE.

combinado com o jornal “Diario da Noite” uma serie de entrevistas. Ficou assim resolvida a distribuição dos assuntos:

Everardo Backheuser – Objetivos da Conferencia

Consuelo Pinheiro – O ensino primario

Sussekind Mendonça – O ensino profissional

Barbosa de Oliveira – O ensino normal

Amanda Alvaro Alberto – Bibliothecas e parques infantis

Eve Hyde – A exposição de material e livros didáticos

Teixeira de Freitas – Estatística

(ASSOCIAÇÃO, 1931a)

A consulta às edições microfilmadas do referido jornal, na seção de periódicos da Biblioteca Nacional, e na Hemeroteca Digital mantida pela BN na internet <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>, revelou que Everardo Backheuser teve sua entrevista publicada no dia 21 de agosto, o dia seguinte àquela reunião. Isso indicaria que, muito provavelmente, pelo menos essa primeira entrevista já havia sido concedida por ocasião da reunião da Comissão, e o informe de Teixeira de Freitas cumpria formalizar o que já estava em curso.

Seja como for, é possível dizer que, embora a IV Conferência ocupe, na memória estatística nacional, um lugar ímpar por sua relação com a aprovação do Convênio, o tema “estatística” aparece tão somente como um dos vários itens de sua pauta. De fato, não era o único assunto e, provavelmente, nem era o mais importante para a maioria dos educadores que organizavam o evento.

Na reunião de 24 de agosto, a Comissão Organizadora passou a se chamar “Comissão Executiva da 4ª Conferencia Nacional de Educação”, isto por força “do regimento interno das conferencias de educação, aprovado em sessão anterior”. E, no dia 27 seguinte, aprovou-se o adiamento da Conferência para o fim do ano. O registro das atas se encerra na 20ª reunião, em 18 de novembro, na qual “a secretaria da Comissão [, Consuelo Pinheiro, havia] pedido exoneração do cargo” (ASSOCIAÇÃO, 1931a). Seu substituto, ou não registrou as reuniões seguintes, ou o fez em outro livro de atas que ainda não se localizou.

A pasta da IV Conferência, no arquivo da ABE, possui um conjunto de *releases*, comunicados à imprensa, que muito provavelmente foram o resultado das deliberações da Comissão Executiva em suas várias reuniões. Esses comunicados, que não se encontram datados, trazem informações sobre como estava planejado o grande evento de dezembro. Em um deles, lê-se:

Instala-se domingo próximo, 13 do corrente [dezembro de 1931], às 20’/2 horas, no edifício da Camara dos Deputados [Palácio Tiradentes, mais tarde sede da

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro], a Quarta Conferencia Nacional de Educação, promovida, sob o patrocínio do Governo da Republica, pela Associação Brasileira de Educação.

Presidirá a sessão inaugural o chefe do Governo Provisório, que é um dos Presidentes de honra do Congresso, sendo outro o interventor do Districto Federal.

O presidente e o vice-presidente efectivos da Conferencia serão eleitos na sessão preparatória, a realizar-se na véspera da abertura do Congresso, sábado, 12 do corrente, às 21 horas. Antes da constituição da Mesa da Conferencia, proceder-se-á ao reconhecimento de poderes dos representantes oficiais.

O Congresso funcionará de 13 a 20 deste mês e realizará 6 sessões plenárias, para a discussão do tema geral e das teses especiais. Durante esses dias, serão proporcionadas diversas homenagens e festas em honra dos Srs. Congressistas. (ASSOCIAÇÃO, 1931b)

Outro *release* trata de um calendário de palestras a serem proferidas ao longo dos dias de realização da IV Conferência. Quanto a este calendário, foi possível precisar a data de sua deliberação, pelo registro no livro de atas da Seção de Ensino Normal.

Na sua última reunião [a 17^a, em outubro de 1931], a Comissão Executiva da 4^a Conferência Nacional de Educação resolveu que se realizasse, durante os dias de funcionamento dêsse certame, uma série de conferências sôbre assuntos educacionais de palpitante atualidade, confiando-as a personalidades de nome consagrado em nossos meios pedagógicos.

Para êsse fim vão ser dirigidos os competentes convites, de acôrdo com a seguinte distribuição de assuntos:

I – A filosofia da educação, a cargo do Dr. Francisco Campos.

II – A nova orientação educacional em São Paulo, a cargo do Prof. Lourenço Filho.

III – As diretrizes da escola nova, a cargo do Dr. Anisio Teixeira.

IV – O ensino agrícola, pelo Dr. J. Bello Lisbôa.

V – As diretivas educacionais fixadas pelo “Instituto João Pinheiro” de Belo Horizonte, a cargo do Prof. Léon Renault.

VI – O Govêrno Federal e a educação, a cargo do Dr. Gustavo Lessa. (ASSOCIAÇÃO, 1931b)

Anotações manuscritas na folha do comunicado reproduzido acima, numerando o item “VI” com o indo-arábico “4” e os itens “IV” e “V” com, respectivamente, “5” e “6”, dariam a entender que a ordem das palestras foi alterada posteriormente. Reforçando a impressão de que as estatísticas educacionais não figuravam como um dos temas prioritários, ou mesmo um assunto de “palpitante atualidade”, nenhum dos palestrantes foi escolhido para tratar especificamente delas. Nem mesmo o Ministro Francisco Campos, provavelmente considerado, pelos organizadores da IV Conferência, como principal porta-voz e interlocutor do governo provisório nas questões sobre educação.

Ressalte-se que essas anotações trazem informações sobre aquilo que foi almejado e planejado e não sobre o que foi efetivamente executado. Para alcançar o que foi efetivamente

dito e deliberado na IV Conferência, será necessário recorrer a outras fontes. Para esta tarefa, o arquivo da ABE apresenta indicações úteis, como já foi apontado acima e se procurará detalhar abaixo.

O Convênio e a IV Conferência: informações do arquivo da ABE

Sabe-se que os termos do “Convênio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas” foram assinados no dia 20 de dezembro de 1931. A memória histórica da assinatura do Convênio aponta, sem discordâncias, para o fato de que este foi celebrado na IV Conferência Nacional de Educação. Conforme apurado no arquivo da ABE, o dia 20 seria o último dia do evento, dando à assinatura do Convênio um papel de *grand finale*.

É possível que, dadas as lacunas sobre outras deliberações da IV Conferência, tanto na documentação existente na ABE quanto em outros textos que trataram do evento, não tenha havido nada mais importante saído daquele encontro. De fato, o próprio Manifesto dos Pioneiros, que também guarda uma relação com a IV Conferência, foi publicado em 1932, e pode ter nascido de uma atitude crítica ao evento, como veremos a seguir.

Infelizmente, como já informado, não se encontraram no arquivo da ABE as teses e discussões da IV Conferência. Informações esparsas indicam que houve uma tese sobre Estatística, provavelmente elaborada e apresentada por Teixeira de Freitas. O fato é que não se sabe até que ponto o entusiasmo com a ideia do Convênio foi assimilado pelos demais organizadores da Conferência, se é que houve essa assimilação.

Na pasta sobre a IV Conferência consultada no arquivo da ABE, encontrou-se pelo menos uma cópia de ofício encaminhado por Teixeira de Freitas à Comissão Executiva do evento, apresentando o nome de um delegado que representaria um dos estados na assinatura do Convênio. Este ofício, datado de 15 de dezembro de 1931 e dirigido ao “Snr. Secretário Geral da 4ª Conferência Nacional de Educação”, tinha o seguinte texto:

Cumpre-me levar ao vosso conhecimento que, por telegrama de onze do corrente mês o Snr. Secretário Geral do Govêrno do Estado do Piauí deu ciencia ao Exmº Snr. Ministro da Educação e Saúde Pública da designação do Dr. José Luis Baptista para, como representante do aludido Govêrno, discutir e assinar o Convênio referente às estatísticas escolares. O decreto relativo a essa designação foi publicado sob o número 1.315 no órgão oficial do Estado em 21 de Novembro próximo passado. (ASSOCIAÇÃO, 1931b)

A existência de ofícios como este indicaria que a ABE participou ativamente da organização do ato de celebração do Convênio. Não se sabe, porém, até que ponto os abeanos influenciaram na redação dos termos do documento.

A ABE também guarda textos alusivos às comemorações da assinatura do Convênio, indicando que este documento foi objeto destacado de memória da entidade, ao menos durante o período em que esta foi presidida pelo próprio Teixeira de Freitas.

Em dezembro de 1936, a sessão inaugural da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, órgão dirigente do então Instituto Nacional de Estatística, coincidiu com a comemoração do 5º aniversário do Convênio Estatístico. Ampliou-se, então, o plano do certame comemorativo, organizando-se a Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística [...]. No ato inaugural usaram da palavra o diretor do Instituto de Educação [...] e o [...] diretor geral do Departamento de Ensino de S. Paulo, pelas delegações regionais. Investido como representante da administração geral falou, por fim, o Presidente da A.B.E. e Secretário Geral do Instituto de Estatística, Dr. Mario Augusto Teixeira de Freitas. (ASSOCIAÇÃO, 1931b)

Nos textos comemorativos, sobressaem palavras positivas sobre a IV Conferência, sendo a assinatura do Convênio considerada a “vitória da cooperação”. Entretanto, essa avaliação positiva sobre o evento não seria compartilhada por todos os que escreveram sobre ele.

O Manifesto como resultado e crítica da IV Conferência

Entre os recortes de jornal encontrados na pasta da IV Conferência, esfrangalhados e sem informação do órgão e data da publicação, lê-se um texto que parece ter sido tirado de um editorial de jornal. Sob o título “Commentario”, tendo por baixo o subtítulo “Congressos de Educação”, tece-se uma avaliação nada elogiosa do evento.

Na penultima sessão da 4ª Conferencia Nacional de Educação, o dr. Frota Pessôa, director administrativo da Instrucção Publica, encaminhou a Mesa uma interessante indicação para um proximo congresso, de mais efficiencia que este ultimo, capaz de trazer á inquietação geral, que o Brasil sustenta, neste instante, pelas coisas de educação, a resposta adequada e o mais urgente possível [...].

Como sempre, o dr. Frota Pessôa viu claro e certo. As reuniões de educadores são de uma importancia capital para exito do problema da educação. Mas, depois desta agora, encerrada, esperar um anno para novo encontro de idéas e opiniões seria criar um prazo para a installação do proprio desinteresse geral, principalmente dada a atmospherá em que vimos decorrerem os trabalhos ultimos, fóra de todas as realidades, nos paramos intangiveis da declamação e da rhetorica [...].

Apesar de se ter affirmado tratar-se de uma reunião de technicos --- cada um

dos presentes andou sempre muito desconfiado tanto da sua propria especialização como da alheia. Nem era para menos, uma vez que as divergencias foram sempre muitissimo mais numerosas que as concordancias, e todos pensavam tão distintamente como se, em vez de se acharem no fóco do mesmo interesse, partissem todos dos mais diversos pontos pelos mais diversos caminhos e para os mais diversos fins.

Houve tantas questões elementares discutidas nesta Conferencia, que se podia ter a impressão também de que, em vez da quarta, era ensaio para a primeira. A não ser que, em virtude da distancia das suas realizações, tenha a assembléa de recapitular, de cada vez, as primeiras noções indispensaveis do assumpto. Por isso mesmo, será bom evitar as distancias. (ASSOCIAÇÃO, 1931b)

O texto é sucedido de uma sigla, “C.M.”, que indicaria as iniciais do autor ou do órgão de imprensa, neste caso talvez o diário *Correio da Manhã*. O que se sabe é que J.G. Frota Pessoa, figura pouco mencionada entre os nomes da ABE, foi signatário, junto com Anisio Teixeira, tanto do Convênio Estatístico quanto do Manifesto dos Pioneiros. Até que ponto essa nota crítica expressaria descontentamento de integrantes da ABE com a organização da IV Conferência? E, se havia essa insatisfação, o fato de Frota Pessoa ser o principal participante citado indicaria seu alinhamento com os insatisfeitos?

Para uma melhor compreensão dos bastidores da IV Conferência, se fez necessário consultar textos diversos, além daqueles disponíveis no arquivo da ABE. Outro participante da Conferência, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, fez publicar, no próprio ano de 1931, o livro *A Revolução e a educação*. Este foi um dos poucos títulos que, ao tratar da Conferência e do Convênio, também abordou a polêmica especificamente educacional que desembocaria na publicação do Manifesto. Isto é pouco surpreendente, pois o próprio Nóbrega da Cunha se tornou um dos signatários do Manifesto de 1932. Na abertura de seu livro, já se pode perceber o tom crítico ao evento realizado no Rio de Janeiro.

As circunstâncias obrigaram-me a tomar, no seio da IV Conferência Nacional de Educação, reunida, nesta capital, de 13 a 20 de dezembro, uma iniciativa cujo motivo e cujo objetivo não puderam ser compreendidos fora da assembleia porque a divulgação dos seus trabalhos pela imprensa diária, apesar do imenso espaço aberto para as respectivas resenhas por todos os jornais cariocas, foi imensamente prejudicada, de um lado pela massa e pela complexidade das matérias discutidas em plenário, e, de outro, pela variedade dos assuntos tratados, extraprograma, em reuniões, palestras, visitas e exposições. (CUNHA, 2003, p. 27)

A se levar em conta a crítica de Nóbrega da Cunha, a Conferência teria sido incapaz de realizar uma síntese das diversas proposições apresentadas em seus inúmeros espaços de debate. Isto se apresentava como um sério entrave ao sucesso de tal série de eventos,

constituindo um problema a ser resolvido. Do contrário, estariam comprometidos os próprios esforços da renovação educacional em curso.

A V Conferência deverá projetar, em Recife, as bases para a solução do problema geral brasileiro de educação. Terá, necessariamente, de realizar uma obra resultante de longa, meditada e segura preparação, sob pena de fracassar, desmoralizando definitivamente os homens que estão à frente do movimento renovador do Brasil. É, pois, indispensável que os governos, o magistério e todo mundo, em suma, comecem, desde já, o estudo da questão para não acontecer, na capital pernambucana, o que se verificou no Rio: surpresa geral em face do simples lançamento do problema e consequente impossibilidade de resolvê-lo. (CUNHA, 2003, p. 28-9)

Provavelmente por conta da obra de Nóbrega da Cunha, pois os anais do evento de 1931, como já exposto, jamais vieram à luz, a produção acadêmica sobre o Manifesto relacionou sua produção ao descontentamento com a Conferência. Exemplar dessa linha de análise é um artigo escrito por duas pesquisadoras da Universidade Estadual de Maringá, que mencionam, entre os antecedentes do Manifesto dos Pioneiros, as tensões verificadas durante a realização da Conferência.

Nesse encontro Getúlio Vargas solicitou aos educadores presentes a apresentação de uma filosofia para a educação do país, ou seja, princípios orientadores da política educacional. No entanto, sendo impossível o consenso de ideias, houve a cisão, em dois blocos, dos educadores presentes, sendo que um era constituído pelos conservadores e aí se incluía o grupo católico e o outro era constituído pelos liberais, elitistas e igualitaristas, logo, configurava-se um cenário de embate entre grupo pioneiro e o de perspectiva conservadora, do qual fazia parte o grupo católico. (IVASHITA & VIEIRA, 2009)

Seria esse conflito que levaria o grupo dos renovadores a apresentarem suas ideias à sociedade brasileira, por meio do Manifesto. Este se constituiria, assim, em documento-síntese da plataforma de um segmento do campo educacional brasileiro.

Alguns educadores do grupo pioneiro resolveram expressar seus pontos de vista em um manifesto “ao povo e ao governo” divulgado em princípios de 1932, denominado “A Reconstrução Educacional no Brasil”, porém mais conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Tal manifesto foi assinado por 26 educadores, dentre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. (IVASHITA & VIEIRA, 2009)

O professor Dermeval Saviani, da Universidade de Campinas, em artigo integrante do livro *O legado educacional do século XX no Brasil*, do qual ele próprio é o organizador, aborda o conflito entre renovadores e conservadores por uma perspectiva ligeiramente

diferente. No lugar de uma reação ao grupo conservador, pelos reveses havidos na IV Conferência, o Manifesto seria o resultado de um processo de luta e convencimento iniciado já na década anterior, com a crise da Primeira República que serviu de cenário, inclusive, à fundação da ABE.

O Manifesto apresenta-se, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação [...], quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório [...], solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo. O impacto gerado pela solicitação de Vargas, [...], seguido da resposta objetivada no texto do Manifesto divulgado em março de 1932, provocou o rompimento entre o grupo de renovadores e o grupo católico, que decidiu retirar-se da ABE [...]. (SAVIANI, 2006, p. 34)

A pergunta que talvez se deva fazer aqui, tendo em vista o escopo de nossa pesquisa, é se os conflitos havidos na Conferência se manifestaram também na elaboração do Convênio e, em caso afirmativo, de que forma. A literatura sobre o Convênio, ao que parece, não ajudará no intento de responder a essa pergunta, pois ignora as divisões existentes na Conferência. Já a literatura existente sobre o Manifesto, analisado no contexto da história da educação brasileira, também não colabora, por ignorar o Convênio.

Novas frentes de pesquisa

A pesquisa no arquivo da ABE, como exposto acima, teve como resultado a descoberta de uma série de lacunas na compreensão das relações entre a IV Conferência Nacional de Educação e a elaboração do Convênio Estatístico. No entanto, as poucas informações existentes no arquivo da entidade permitem ao pesquisador cogitar outras frentes de pesquisa, algumas cuja consulta a fontes já se encontra em curso e outras que ainda esperam para ser exploradas por este projeto.

Sobre o andamento da IV Conferência, a julgar pelas atas registradas no arquivo da ABE, é possível encontrar informações na imprensa diária do período. Os principais órgãos de imprensa do Rio de Janeiro têm suas edições arquivadas na Biblioteca Nacional, e sua coleção de periódicos encontra-se, em grande parte, aberta à consulta, por meio de microfilmes. Além disso, parte desse acervo já foi digitalizado e colocado à disposição do público no sítio virtual da Hemeroteca Digital Brasileira <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Esta fonte de informações já começou a ser explorada neste projeto de pesquisa.

Se a imprensa diária, de caráter privado, pode fornecer informações sobre o transcorrer cotidiano da IV Conferência, ela não é a melhor fonte de informações sobre as teses e discussões apresentadas no evento. Pela dupla necessidade de cativar público leitor e granjear patrocínio, os espaços dados a eventos mais “densos”, do ponto de vista intelectual, não eram extraordinariamente grandes. Neste caso, a imprensa oficial, tanto a nacional quanto as estaduais, pode ser a melhor fonte. Em ofícios enviados à Comissão Executiva da IV Conferência, alguns estados se prontificavam a publicar, em seus diários oficiais, as teses inscritas ao evento. Consultar os arquivos estaduais em busca de tais informações pode ser um interessante caminho nesta pesquisa.

Outra linha de pesquisa é a consulta à produção escrita de figuras importantes entre os organizadores da Conferência. Este esforço pode fornecer mais detalhes sobre os bastidores do debate e dos embates entre diferentes correntes de opinião. Nesta busca, valem tanto os artigos publicados quanto a correspondência trocada entre essas pessoas no período em foco. Figuras como Teixeira de Freitas, Anísio Teixeira, Frota Pessoa, Nóbrega da Cunha, entre outros, podem, por seus escritos, nos permitir acessar os detalhes da discussão e o próprio quadro geral das ideias educacionais e estatísticas daquela época.

A revisão bibliográfica sobre o Convênio e o Manifesto pode trazer mais informações, se a consulta focalizar as conexões entre os esforços e debates necessários à elaboração de ambos. Como exposto neste artigo, os olhares anteriores sobre essas fontes raramente buscaram relacionar os dois documentos, pelo fato de os pesquisadores dos campos educacional e estatístico ignorarem, respectivamente, o Convênio e o Manifesto. Cumpre adotar outro ponto de vista sobre essa literatura. Um bom ponto de partida, nessa linha de pesquisa, seria uma nova série de consultas aos arquivos da ABE, voltados para a V Conferência, realizada no Recife em 1932, onde talvez tenham se realizado as primeiras avaliações do campo educacional sobre o significado, a repercussão e os efeitos do Convênio e do Manifesto.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Educação. Arquivo Carmen Jordão. Atas da Comissão Organizadora [Comissão Executiva] da 4ª Conferência Nacional de Educação (18 jul. – 18 nov. 1931). **Livro de atas da Seção de Ensino Normal**. [1931a]

_____. Arquivo Carmen Jordão. **Livro de atas do Conselho Diretor (28 jul. 1930 – 26 set. 1932)**. [1930-1932]

_____. Arquivo Carmen Jordão. **Pasta 4ª Conferência Nacional de Educação**. Documentos avulsos. (Disponíveis no Arquivo Carmem Jordão). [1931b]

CUNHA, Carlos Alberto Nóbrega da. **A Revolução e a educação**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

IVASHITA, Simone Burioli; VIEIRA, Renata de Almeida. Os antecedentes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 8., 2009, Campinas, SP. **Resumos...** Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/GuEVnTfr.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 9-58

SCHOLA. Rio de Janeiro: ABE, n.1, jan. 1930. [1930a]

_____. Rio de Janeiro: ABE, n.2, fev. 1930. [1930b]

SENRA, Nelson de Castro. (Coord.). **A produção das estatísticas brasileiras na confluência de esforços em torno do “Convênio Inter-Administrativo das Estatísticas Educacionais e Conexas” (1907-1945)**. Projeto aceito pelo Edital Universal do CNPq de 2011. Disponível em:

<<http://www.convenio1931.ence.ibge.gov.br/web/ence/ProjetoConvenio1931.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. Teixeira de Freitas, a face do saber na criação do INE (IBGE). In: **História das estatísticas brasileiras: Estatísticas legalizadas (c. 1899-c. 1936)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 646-82.